

HISTÓRIAS INDÍGENAS E DO INDIGENISMOS: (RE)LEITURAS DE EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS NA AMÉRICA LATINA

Indigenous stories and indigenism: (re)readings of historical experiences in Latin America

Ayalla Oliveira Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

E- mail: ayallasilva@yahoo.com.br

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco (UPE), Garanhuns, PE, Brasil

E- mail: karina.melo@upe.br

O campo da Nova História Indígena, atualmente consolidado, emergiu das reivindicações dos povos indígenas pelas suas memórias e histórias, em um momento histórico de luta pelos seus direitos constitucionais e de ruptura com a tutela do Estado, quando a produção científica, na contramão desse processo, ainda os tratava como vítimas dos processos históricos ou povos fadados ao inevitável desaparecimento. A consolidação desse campo de estudo testemunhada pelo crescente interesse pela temática indígena nos Programas de Pós-Graduação nos quatro cantos do país, caminha passo a passo com a aprimorada organização política dos povos indígenas na América Latina, em geral, no Brasil, em particular, ao romper com amarras persistentes do regime tutelar abolido legalmente pela Constituição de 1988 e afirmar a defesa e promoção dos seus direitos, de forma sistemática, fora e dentro das instituições do Estado.

Diante da atuação das populações indígenas enquanto protagonistas nos contextos de colonização e construção do Estado nacional, bem como na história brasileira recente, os historiadores, antropólogos, arqueólogos, dentre outros, tem sido desafiados e impulsionados, cada vez mais, a revisitar a escrita da História do Brasil e refletir sobre a importância da produção de conhecimento sobre o passado das populações indígenas, como princípios condicionantes à superação de desconhecimentos históricos e de preconceitos arraigados no pensamento e comportamento da sociedade brasileira, dando suporte para o reconhecimento de direitos constituídos historicamente.

Esse dossiê reúne trabalhos originais e inéditos, que destacam o protagonismo dos povos indígenas no Brasil e na América Latina, dos processos coloniais aos Estados nacionais e na contemporaneidade. Este amplo escopo de chamada para o dossiê baseia-se na compreensão de que os estudos sobre os povos indígenas em distintos recortes de tempo e espaço podem ajudar no desenvolvimento de novas leituras e no aprofundamento de instrumentos teóricos e metodológicos na área de História. As pesquisas sobre história indígena e do indigenismo demandam diálogos com métodos interdisciplinares e áreas afins. Conceitos como os de agência e etnogênese estão fundamentados em um longo e rico debate com a Antropologia, a Arqueologia, a Linguística, por exemplo. Esperamos que os textos possam contribuir para o estímulo e aprimoramento dos conhecimentos sobre a América latina, através das (re)leituras sobre os protagonismos indígenas.

Este dossiê contará com dois volumes, o que demonstra que o campo de estudos que trata das experiências indígenas ao longo do tempo está em movimento ascendente. Neste primeiro volume do dossiê *Histórias Indígenas e do Indigenismos: (re)leituras de experiências históricas na América Latina* contamos com quinze artigos. Além dos textos que compõem o dossiê, o atual volume conta com três artigos livres e uma resenha.

O artigo de Matheus do Carmo Germano da Silva e Érica Lôpo de Araújo analisa um recorte temporal relativamente pouco abordado pela historiografia quando se trata de demonstrar o protagonismo de povos indígenas, o período da União Dinástica (1580-1640). A pesquisa, resultado de um projeto de iniciação científica, busca refletir sobre as ações dos Aimorés e dos Tupiniquins que influenciaram a construção de conjunto de normas importantes tanto para as relações sociais entre culturas distintas na capitania de Porto Seguro, quanto para a economia e as religiosidades do período filipino.

Eduardo Neumann, traz à tona a atuação do indígena Primo Ybarenda, escrivão do cabildo da redução de São Miguel a partir da segunda metade do século XVIII. O autor evidencia que ao desempenhar seu ofício, Ybarenda deixou marcas de seu protagonismo letrado, capitaneando para si uma posição de prestígio a partir do domínio da escrita e do bilingüismo.

A trajetória de Iria Alves, indígena, capturada no baixo Paraguaçu na década de 1550, possibilita compreender melhor os processos de escravização dos povos indígenas na Capitania da Bahia. A partir da documentação gerada pela Primeira Visitação do Santo Ofício, Caio Viana dos Santos, analisa aspectos das sociabilidades e das religiosidades vividas

por uma mulher indígena no século XVI. A região do Recôncavo baiano na segunda metade do século XVI, mesmo bastante explorada pela historiografia, traz neste artigo entendimentos renovados e discutíveis tanto sobre papéis femininos quanto sobre interpretações historiográficas.

Admilson Borkart dos Anjos se debruça sobre o modo como as construções narrativas ao longo do período colonial e sobre ele definiu “o que seria considerado civilização ou barbárie, intensificou os discursos de superioridade eurocêntrica e fez da diferença de interpretações de mundos e realidades sua razão para a violência”. O diálogo teórico e metodológico com intelectuais que trabalham com o conceito de decolonialidade, como por exemplo Walter Mignolo e Aníbal Quijano, e não com fontes do período colonial. Tal diálogo leva o autor a afirmar que o colonialismo ganhou força no século XXI ao reproduzir um sistema baseado na colonização dos corpos e dos espaços.

Lais Maria propõe discutir as agências de mulheres indígenas entre os séculos XVI - XVII a partir da análise tanto de referências bibliográficas clássicas e contemporâneas quanto a partir de fontes quinhentistas e oitocentistas. Com propósitos diversos, “seja de retratar figuras femininas notáveis, analisar a formação da sociedade brasileira”, também houve percepções de exotismo, resistência pura passividade ou, que fazem parte da construção de uma aceitação imagética de pontos como as relações de poder, políticas e violência relacionadas às experiências das mulheres indígenas na formação do Brasil destacando agentes na construção de suas realidades.

Carmelita Zuzart analisa as chamadas “cartas tupi”, no contexto da ocupação das Capitanias do Norte do Brasil pela Companhia neerlandesa das Índias Ocidentais (WIC), entre 1630 e 1654. A autora percebe nas habilidades diplomáticas de lideranças Potiguara como Felipe Camarão, Pedro Poti e Antônio Paraupaba uma habilidade impressionante de manobrar discursos e práticas culturais distintas para fazer valer seus planos políticos. Longe de se resumir a meras apelações aos laços de parentesco, o uso da escrita pelos indígenas se revelou como uma ferramenta de persuasão e uma estratégia de negociação política capaz de rever os lugares indígenas naquele cenário histórico.

Tatiana Valença Ferraz focaliza a construção da espacialidade em Pernambuco de tempos coloniais e destaca as intrincadas relações socioambientais e socioculturais na construção do conhecimento geográfico, hídrico, farmacológico, agrícola e, também vivenciadas pelos indígenas em suas cosmologias, ritos, linguagens e tradições. A autora

propõe identificar e analisar existências coevas e simultâneas entre os conhecimentos e tradições indígenas e as ações de mapeamento cartográfico e político da Igreja Católica e dos estados Ibéricos. Ao complexificar o entendimento entre narrativas de dominação e sociabilidades indígenas, ela interpreta que “estratégias de dominação por meio das narrativas normativas, pelo universo colonizador, em solo pernambucano, não conseguiram a interlocução desejada com o universo do sagrado indígena”.

Guilherme Brandalise discute o conceito de etnohistória a partir de fontes documentais e narrativas orais sobre as histórias de conflito entre os indígenas e as frentes de colonização europeias na segunda metade do Oitocentos. As primeiras trazem dados sobre as experiências dos Kaingang na serra gaúcha durante o século XIX e as segundas fazem emergir memórias sociais importantes entre as lideranças atuais. O cruzamento de fontes de naturezas distintas permite, de acordo com o autor, perceber a longevidade na luta pelos seus territórios e também a “maneira com que os indígenas vivos usam a história de seus antepassados para construir sua identidade”.

No artigo *A resistência do povo indígena Fulni-ô sob a perspectiva decolonial*, Vanessa Barboza Pinto e Valdênia Brito Monteiro colocam em tela o processo contemporâneo de resistência do povo Fulni-ô em face das históricas e continuadas pressões externas que enfrentam. As autoras argumentam que esse processo de resistência passa pela afirmação da identidade, das expressões socioculturais bem como da afirmação da autonomia política deste povo. As autoras situam criticamente a discussão proposta na esteira dos estudos decoloniais e, ao mesmo tempo, analisam o contexto de resistência Fulni-ô sob a perspectiva de um projeto decolonial indígena.

O artigo *Luz e trevas: representações religiosas indígenas na música e na pintura*, de autoria de Ezequiel Pedro Farias Cajueiro e José Adelson Lopes Peixoto é fruto de uma pesquisa de Iniciação científica, no texto, os autores problematizam as representações sobre as culturas e religiosidades indígenas produzidas por meio de diferentes expressões artísticas ocidentais, em uma perspectiva analítica de longa duração.

Sob a perspectiva do diálogo interdisciplinar entre História e Direito, no artigo *História e direito: reflexões interdisciplinares nos processos de retomadas dos territórios tradicionais indígenas no Mato Grosso do Sul contemporâneo*, Flávio Benites e Flávia Benites tratam o processo de retomada territorial levado a cabo pelos povos indígenas Guarani Kaiowá, localizados no Mato Grosso do Sul, uma região de extremo conflito e na qual estes

povos experimentam as violências dos setores privados e também do Estado. Entretanto, os autores evidenciam o protagonismo indígena e a sua capacidade organizativa no processo de retomada territorial, com especial atenção ao papel da Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guaraní em defesa dos direitos coletivos Kaiowá e Guaraní.

Quanto ao artigo *Resistência e identidade: os desafios do povo Tabajara na preservação das terras e afirmação das expressões socioculturais*, as autoras analisam o processo de recuperação territorial impetrado pelos Tabajara, na Paraíba. Por meio do acesso a fontes de natureza diversa, as autoras discutem as dinâmicas de mobilização deste povo por direitos, em face da morosidade do Estado e das pressões do setor empresarial, evidenciando que tal processo não se limita à recuperação do território, por meio do processo de retomada e consequente demarcação, mas à afirmação da sua identidade e expressões socioculturais.

Também sobre o contexto paraibano, o artigo de Dárcya Araújo intitulado *“E de todo esse trabalho, resulta que o índio torna-se um índio melhor”: a tutela estatal e a atuação do SPI entre os Potiguara na Paraíba* versa sobre a atuação do “Serviço de Proteção ao Índio” junto ao Povo Potiguara, no litoral Norte da Paraíba. Por meio do uso exaustivo da documentação administrativa indigenista, o texto recupera a política indigenista do SPI aplicada entre os Potiguara, na Paraíba, discutindo a resistência de funcionários do próprio órgão em reconhecer a etnicidade dos Potiguara nos documentos que produziam, aspecto que envolvia as articulações de alguns desses funcionários com setores da sociedade envolvente interessados nas terras indígenas; a autora aborda a trajetória e o modelo de Posto Indígena implantado entre os Potiguara a fim de melhor formá-los e controlá-los como força de trabalho.

Em *Flashes na floresta e captura inversa: fotografias do SPI e performances de resistência Kulina-Madiha no Posto Indígena do Rio Gregório*, Andrisson Ferreira da Silva oferece ao leitor um texto instigante sobre a fotografia como fonte de investigação da resistência e protagonismo indígena. Explorando o contexto de extrema violência antiindígena na frente de expansão seringalista na região do Ponto Indígena do Rio Gregório, Amazonas, o autor discute, por meio do diálogo das categorias “performance” e “captura inversa” com o campo da História Indígena, o protagonismo indígena através dos registros fotográficos elaborados pelos agentes do SPI, entre os Kulina-Madiha, do PI do Rio Gregório,

sob a ótica da performance do corpo indígena imposta à própria performance projetada pelo fotógrafo.

No artigo *O uso do mapeamento cultural como ferramenta para a construção de uma historiografia dos povos indígenas a partir do povo Kapinawá*, Jaelson Gomes de Andrade Pereira discute a trajetória histórica Kapinawá com o território por meio do “mapeamento cultural”, documento produzido pelo próprio povo indígena conjuntamente com órgãos parceiros e que permite, segundo o autor, compreender parte da história deste povo bem como discutir a territorialidade Kapinawá a partir da cartografia social.

Os quinze artigos publicados no primeiro, de dois volumes, deste número da Revista de História da Unicap demonstram a dinamicidade das pesquisas no campo da História Indígena, na atualidade. O volume reúne jovens e experientes pesquisadores e evidencia a diversidade temática e de alcance geográfico dos estudos acerca dos povos indígenas.

Parte significativa dos trabalhos aqui reunidos expõe um duplo movimento em torno das historicidades indígenas. De um lado, o histórico processo das violências praticadas pelo Estado ou com a anuência deste sobre as coletividades étnicas; de outro, a enorme capacidade organizativa e de mobilização de estratégias indígenas ao enfrentamento das violências físicas, emocionais e legais a eles impostas, o que demonstra, não é demais afirmar, os seus protagonismos nos mais diversos contextos e situações históricas.

Como se vê, a história dos povos indígenas continua a ser reescrita e a historiografia tem um papel importante nessa tarefa, a história cumpre o seu papel ao se atentar às vozes indígenas do passado e, sobretudo, do presente.